



COMISSÃO DE TRABALHO
REQUERIMENTO Nº DE 2023
(Do Senhor Capitão Alberto Neto)

Requer seja convocado o Ministro de Estado do Trabalho, Senhor Luiz Marinho, para prestar esclarecimentos a respeito do PLP 12/2024, que dispõe sobre a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado privado individual de passageiros e sobre os impactos para os motoristas.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e do art. 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja convocado o Ministro de Estado do Trabalho, Senhor Luiz Marinho, para prestar esclarecimentos a respeito prestar esclarecimentos a respeito do PLP 12/2024, que dispõe sobre a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado privado individual de passageiros e sobre os impactos para os motoristas.

JUSTIFICAÇÃO

O Presidente Lula assinou, nesta última segunda-feira (4), o Projeto de Lei Complementar nº 12, de 2024, que busca regulamentar o trabalho dos motoristas de aplicativo e estabelecendo novas regras para a categoria.

O texto cria uma nova categoria, intitulada de “trabalhador autônomo por plataforma”, enquadrado sempre que prestar serviço a empresa operadora de aplicativo de transporte remunerado privado individual a passageiros previamente cadastrados.





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

Apresentação: 07/03/2024 14:44:24.083 - CTRAB

REQ n.4/2024

Apesar da ausência de vínculo empregatício, o trabalho será realizado nas bases da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), com uma jornada de 8 horas e limite de 12 horas por dia, além do pagamento por hora trabalhada no valor de R\$ 32,09 e uma remuneração mínima fixada no salário mínimo.

Ainda, motoristas e empresas deverão contribuir para o INSS. Os trabalhadores pagarão 7,5% sobre a remuneração e o percentual recolhido pelos empregadores será de 20%.

No entanto, a proposta de regulamentação do governo suscitou críticas de muitos brasileiros. Em uma enquete no site da Câmara dos Deputados, 95% dos quase 19 mil participantes afirmaram que “discordam totalmente” do projeto de lei até a tarde desta quarta-feira (6).

Nos comentários, muitos levantaram pontos negativos do projeto, em geral com queixas sobre a "perda de liberdade", críticas à taxaço da previdência social (INSS) e o desbalanceamento dos valores em relação aos custos da operação.

Acreditamos que a regulamentação da proposta terá impactos significativos tanto na economia quanto na sociedade, sendo importante considerar diversas perspectivas, incluindo os riscos associados à intervenção estatal nas atividades privadas e à limitação da liberdade do trabalhador por aplicativo em gerir sua própria renda.

Por todo o exposto e diante da relevância, importância e urgência do tema, solicito apoio aos nobres colegas Parlamentares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em 07 de março de 2024.

CAPITÃO ALBERTO NETO
DEPUTADO FEDERAL
PL/AM

